

**ANTÓNIO FELICIANO DE CASTILHO: UM AUTOR, SEUS
ESCRITOS E UM MÉTODO DE LEITURA**

**ANTÓNIO FELICIANO DE CASTILHO: AN AUTHOR, HIS
WRITINGS AND A READING METHOD**

**ANTÓNIO FELICIANO DE CASTILHO: UN AUTOR, SUS
ESCRITOS Y UN MÉTODO DE LECTURA**

Cesar Augusto Castro

<https://orcid.org/0000-0001-7650-895X>

Carlota Boto

<https://orcid.org/0000-0002-7389-2391>

Samuel Luís Velázquez Castellanos

<https://orcid.org/0000-0003-0849-348X>

Resumo: O objetivo deste texto é apresentar e debater a “função-autor” e as obras de António Feliciano de Castilho relativas ao seu Método de Leitura que, ao escrevê-las, buscou afirmar-se como um educador e um reformador da instrução pública portuguesa e um crítico do modelo de ensino vigente à época. Tomamos como referência um conjunto de fontes sobre o seu pensamento educativo e sua proposta de ensino. Cogitamos que a produção de Castilho se constitui em debates relevantes para compreendermos as estratégias do autor para firma-se como um dos mais representativos e polêmicos educador dos Oitocentos, tanto em Portugal como no Brasil. Concluimos que a partir da “apresentação” das obras educativas de Castilho podemos entender a sua função-autor e as estratégia que usou para produzir, adotar e fazer circular a sua Campanha Pedagógica.

Palavras-chave: Método Castilho; Ensino de Leitura. Função autor.

Abstract: The objective of this text is to present and debate the “author function” and the works of António Feliciano de Castilho regarding his Reading Method, and by writing them he sought to assert himself as an educator and a reformer of Portuguese public education and a critic of the teaching model in force at the time. We took as reference a set of sources about his educational

thinking and his teaching proposal. We believe that Castilho's production constitutes relevant debates to understand the author's strategies to establish himself as one of the most representative and controversial educators of the 19th century, both in Portugal and in Brazil. We conclude that from the "presentation" of Castilho's educational works we can understand his role as author and the strategies he used to produce, adopt and circulate his Pedagogical Campaign.

Keywords: Castilho Method; Teaching Reading. Author function

Resumen: El objetivo de este texto es presentar y debatir la "función de autor" y las obras de António Feliciano de Castilho en relación con su Método de lectura, y al escribirlas buscó afirmarse como educador y reformador de la educación pública portuguesa y crítico. del modelo de enseñanza vigente en el momento. Tomamos como referencia un conjunto de fuentes sobre su pensamiento educativo y su propuesta docente. Creemos que la producción de Castilho constituye debates relevantes para comprender las estrategias del autor para consolidarse como uno de los educadores más representativos y controvertidos del siglo XIX, tanto en Portugal como en Brasil. Concluimos que a partir de la "presentación" de las obras educativas de Castilho podemos comprender su papel como autor y las estrategias que utilizó para producir, adoptar y difundir su Campaña Pedagógica.

Palabras clave: Método Castilho; Enseñanza de la lectura. Función de autor.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho procuramos trazer para a cena educativa portuguesa e brasileira do século XIX "Os méritos de Castilho como ensinador e propagandista da instrução" (Cardim, 1916, p. 1), que "exerceu [influências] sobre tantos bons espíritos do seu tempo [pelas] suas qualidades de educador" (Cardim, 1916, p. 1) e, por isso, deve "ser relembra[do] seu nome" (Cardim, 1916, p. 11) para que "não caia em um olvidado injusto" (Cardim 1916, p. 1).

O grande cego de magnificas energias, que dominando a própria cegueira tanto consegui elevar-se acima dos mais felizmente dotados, era de fato, por temperamento, um verdadeiro mestre; demonstrando-o igualmente nos domínios mesmo da instrução. É neste âmbito mais restrito que nós **rememoraremos um pouco das suas obras** (Cardim, 1916, p. 1). (Grifo nosso).

Portanto, o objetivo deste texto é rememorar e debater as obras e a "função-autor" de António Feliciano de Castilho relativas à educação. Obras aqui entendidas como "detentoras se significados plurais e móveis que se

constroem com a união entre uma propostas [do autor] e uma recepção [do leitor]” (Chartier, 1997,p. 8), isto é, uma proposta de um Método de Ensino – Método Castilho – e a sua aceitação pelo público: alunos, professores, governo, pais de família, imprensa, dentre outros, a quem explicou os modos de aplicação, expôs ideias sobre a instrução e rebateu os seus opositores, evidenciando uma “articulação entre o texto e o seu autor, a obra com as suas intenções ou as posições [teóricas, metodológicas e políticas] do seu produtor” (Chartier, 1997, p. 48). Castilho, ao escrevê-las, buscou afirmar-se como um educador e um reformador da instrução pública portuguesa e um crítico do modelo de ensino pouco atrativo, que desestimulava a permanência dos alunos nas escolas. Resultando, por conseguinte, em um elevado número de analfabetos, escolas improvisadas e professores sem habilidades para a docência, o que colocava Portugal em desvantagem em relação a outras nações europeias.

A bibliografia de Castilho sobre a instrução é vasta e circulou em diferentes meios, em especial, nos jornais em que esteve à frente como redator ou colaborador, a exemplo de *O Agricultor Micaelense* (1843-1870), *Arquivo Pitoresco* (1857-1868), *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil* (1857-1858)¹, dentre outros, *a posteriori* compiladas em livros. Essa preferência pela imprensa dava-se, por acreditar que pelo seu intermédio levaria “[...] ao conhecimento e apreciação dos Legisladores as verdades averiguadas que possu[ía] relativas ao ‘o espinhoso negócio da Instrução Pública’” (Castilho, 1909a, p.15)

As obras de Castilho são “uma coleção de apontamentos, de factos, lembranças e conselhos; ou uma espécie de índice dos pontos que no assunto da instrução popular merec[iam] [ser] considerados” (Castilho, 1909a, p. 11), que desde a publicação de *Felicidade pela agricultura* (1849) “começava a mendigar em voz muito alta, e como esmola, para o grande velho-menino. O povo: o saber; o saber, a que ele tem direito; o saber de que ele padece fome e

1

A respeito da atuação de Castilho neste periódico, ver: Castro, Cesar; Boto, Carlota. O método de Castilho nas páginas da *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil* (1857-1858). *Educ. rev.* 39, 2023.

sede de milhares de anos; o saber; que é o sol do mundo moral, a alma da alma” (Castilho, 1909a, p. 12), aspectos que vão se fazer presente em toda a sua Campanha Pedagógica.

Portanto, para a escrita deste trabalho, recorreremos a um conjunto de fontes sobre o seu pensamento educativo e a sua proposta de ensino. Entretanto, nos detemos somente nas obras publicadas pelo autor, que nos permite compreender o processo de produção e circulação das suas obras e a sua Campanha Pedagógica (Castelo Branco, 1975) para divulgar o seu método nos territórios portugueses e brasileiros.

CASTILHO: um autor e as suas obras

Michael Foucault, em conferência proferida na *Société Française de Philosophie*, em 1969, denominada *O que é um autor²?* (1969), fez os seguintes questionamentos: “O que é uma obra? Em que consiste essa curiosa unidade que designamos de obra? Que elementos a compõe? Uma obra não é o que escreveu aquele que se designa autor? [...]” (Sousa, 2011, p. 126). Chartier, revisa essa obra, em 2000, em que:

[...] reitera a originalidade do filósofo ao chamar atenção para a pertinência de seu questionamento sobre o funcionamento do mecanismo segundo o qual um texto ou uma obra são identificados a um nome próprio. Reafirmando a tese central da conferência de Foucault, Chartier desenvolve uma análise histórica das distintas maneiras pelas quais foi acionada a ‘função autor’ no tempo. Para tanto, inicia com uma revisão da cronologia esboçada pelo filósofo francês a fim de corrigir algumas imprecisões em suas assertivas, renovando, assim, sua força interpretativa (Moraes, 2013, p. 447-448).

Para Foucault, a “função-autor” é exercida em quatro aspectos: “nome do autor, como uma impossibilidade de tratá-lo por um conceito fechado e comum a um simples nome” (Foucault, 2001, p. 23); a “relação de apropriação”, em que o autor não é o único responsável, produtor e inventor dos seus discursos. Nesse sentido, corrobora Darton (2010) ao afirmar que o autor é apenas um dos elementos desse processo – a origem do texto –, mas que envolve o editor, o leitor, as bibliotecas, as livrarias etc., constituindo o que

² Essa concepção foucaultiana do que é um autor pode ser ampliada em outros escritos de sua autoria: *Arqueologia do saber*, *A ordem do discurso* e *As palavras e as coisas*.

denomina de “circuito de comunicações”, isto é, a “função-autor não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, pode dar lugar simultaneamente a vários ‘eus’” (Sousa, 2011, p. 128). O terceiro aspecto, diz respeito à “relação de atribuição” ao texto que é resultante de operações críticas, complexas e raramente justificadas” (Foucault, 2001, p. 34) e que “não se exerce uniformemente e da mesma maneira em relação a todos os discursos, em todas as épocas e em todas as civilizações (Sousa, 2011, p. 127). Portanto, a atribuição de um título à obra funda a noção do escrito, isto é, atribui à autoria uma identidade, uma responsabilidade pelas ideias expressas no discurso.

O último aspecto é a posição do autor perante o seu texto e os seus diversos elementos prefaciais, o campo discursivo em que ele se insere, posto que “um texto jamais se apresenta em estado nu, sem o reforço e o acompanhamento de um certo número de produções verbais ou não, como o nome do autor, título, prefácio [...] que garantem a sua presença no mundo e a sua ‘recepção’ e o seu consumo” (Genette, 2009, p. 9) pelo leitor. Nesse sentido, podemos entender que um livro

[é] um objeto que só existe quando é lido. Começo dizendo o que deve ser o mais óbvio para todos nós, nenhuma leitura é natural, pois qualquer leitura, desde as mais iletradas até as mais técnicas e refinadas, é sempre uma formalidade prática que pressupõe outras formalidades simbólicas, sempre arbitrárias, seja, convencionais, artificiais, *históricas, situadas e datadas*”. Por isso mesmo, proponho pensar esse intervalo ‘entre’, que é o intervalo existente entre o momento em que o autor inventa o texto e o tempo e o lugar em que acontece a leitura, em dado campo de linguagem (Hansen, 2019, p. 35) (Grifo do autor)

Portanto, as obras de um autor sempre são datadas e, a partir da sua cronologia, podemos entender as dimensões do tempo, as variações estruturais dos elementos textuais e paratextuais e as narrativas apropriadas pelos leitores; “proprietários” (Hansen, 2019, p. 24) das ideias do autor. Nessa relação, autor-texto-leitor, os discursos são reescritos e estabelecem intercâmbios entre aquele que o elabora e aqueles que dele se apropriam a partir da história, dos determinantes políticos, sociais, culturais e educativos e das finalidades de leitura. Desse modo, um texto é “o resultado de uma operação complexa que constrói um certo ser de razão que se chama autor” (Foucault, 2001, p. 38) e leitor. Assim sendo:

O autor é que permite explicar tão bem a presença de certos acontecimentos em uma obra *com suas transformações, suas*

deformações, suas diversas modificações (e isso pela biografia do autor), *a localização de sua perspectiva individual*, a análise de sua *situação social e de sua posição de classe*, a revelação do seu projeto fundamental). Ao autor é, igualmente, o princípio de uma certa unidade de escrita [...]. O autor é, igualmente o que permite superar as contradições que podem desencadear em uma série de textos: ali deve haver – em um certo *nível do seu pensamento ou do seu desejo, de sua consciência ou do seu inconsciente* – um ponto a partir do qual as *contradições se resolvem, os elementos incompatíveis se encadeando finalmente uns aos outros ou se organizando em torno de uma contradição fundamental ou originária*. O autor, enfim, é um foco de expressão que, sob formas mais ou menos acabadas, manifesta-se da mesma maneira e com o mesmo valor, em *obras, rascunhos, cartas, fragmentos* (p. 37-38, (Grifos nossos).

As obras, os rascunho, as cartas e os fragmentos educativos de Castilho possibilitam compreendermos as condições materiais, físicas e docentes das escolas portuguesas, entre os anos 1849 a 1860, período em que a sua produção sobre a temática foi recorrente, em três aspectos: o primeiro corresponde ao seu envolvimento com a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense e a Sociedade dos Amigos das Letras e Artes de São Miguel, a origem do Método e as diretrizes para a sua aplicação e divulgação no território português. O seguinte, às várias edições do Método, em que, para além de mudanças no título, amplia o seu conteúdo e as dinâmicas de uso e, por último, a nomeação como Comissário da Instrução Pública para o Reino e Ilhas do Método Português e a defesa e as refutações aos críticos, em especial o professorado. Entretanto, apesar das mudanças operadas no Método, há no conjunto dos textos um princípio de unidade, a saber: a) defesa de que o seu método era a alternativa viável para renovar a instrução primária; b) atribuir à leitura auricular o meio de aprendizagem mais adequada; c) adotar o canto, as palmas e marchas como dinâmicas do processo de apreensão dos conteúdos; d) entender a escola como um espaço onde os castigos, o tirocínio deveriam ceder lugar ao afeto e a alegria; e) adotar o modo simultâneo como mais eficaz para a aprendizagem e uniformização dos saberes escolares; f) conceber que os professores para atuarem na instrução primária deveriam ser habilitados para tal fim. Em resumo, esses eram “os pontos fundamentais que ped[iam] exame sério, decisão conscienciosa, ação forte, direta e rápida, e que não vacil[asse], nem trepid[asse] por contemplações de espécie alguma (Castilho, 1909a, p. 17), por parte do governo, da Igreja, dos professores e das famílias.

Essas obras expressam o desejo de uma renovação educativa, por meio de uma metodologia de ensino que colocava os alunos como centro do processo de aprendizagem e transformava a escola em um lugar de castigo, pouco atrativa em um espaço dinâmico no qual predominava a felicidade³. Desse modo, procura demonstrar a diferença entre o seu Método, que denominava de novo, moderno, ativo, e o antigo; causa do atraso e das mazelas da instrução pública em Portugal. Modelo de ensino moderno que estava arraigado em sua consciência, posto que, como um homem cego, as suas ideias se contrapunham a uma sociedade excludente e classista, que alijava a grande parcela dos homens e os pobres, os trabalhadores, as mulheres, o acesso à escola. Portanto, me “parece [um assunto] pouco tratado à época, pelos videntes” (Cardim, 1916, p. 2), o que torna a sua obra educativa fundamental para adentrarmos nos meandros da História da Educação portuguesa e brasileira no Oitocentos.

CASTILHO: a trajetória do seu Método

A “Campanha Pedagógica” de António Feliciano de Castilho teve origem na ilha de São Miguel⁴, quando migra com a família em busca de melhores condições de sustento para esposa e filhos. Isso evidencia as dificuldades dos autores nos Oitocentos viverem à custa de suas obras, levando-os a recorrerem a cargos públicos. No caso de Castilho, nos parece que a sua formação em cânones, na Universidade de Coimbra, pouco valor agregou para obter recursos para a sua manutenção, ao contrário de Almeida Garrett que, além de escritor, ocupou “cargos públicos como deputado, ministro e secretário de Estado honorário” (Drummond; Loura, 2018, p. 77).

Ao aportar na ilha açoriana, depois de vencer problemas de moradia e contornar os óbices políticos, aos pouco ocupou lugares de destaque na sociedade, aliando-se à imprensa, aos movimentos associativos, a exemplo da redação de *O Agricultor Micaelense*, jornal que tinha a finalidade de divulgar e

³ Expressão presente em duas obras de Castilho: *Felicidade pela agricultura* (1949) e *Felicidade pela instrução* (1851).

⁴ A respeito da presença de Castilho na ilha de São Miguel, ver: Castro, C. A.; Boto, C. “As contribuições de Castilho para as letras e artes em São Miguel (1847-1850).” *Cadernos de Pesquisa*, 53, e.10161. 2023.

instruir a sociedade local sobre o trato da cultura agrícola, e fundou a Sociedade dos Amigos das Letras e Artes de São Miguel. Mas como alcançar os trabalhadores da terra se havia a persistente “ausência de professores e de escolas, bem como o efeito perverso do analfabetismo na sociedade insular” (Dias, 2000, p. 183) pela “falta de vontade política das elites locais” (Dias, 2000, p. 85)? Daí, surgiu a proposta de criação do seu Método de Leitura.

Quando da chegada de Castilho a Ponta Delgada em 1847, havia “uma escola normal de ensino mútuo e uma escola de ensino simultâneo para rapazes e uma aula para meninas” [...] mantidas pelo Estado, e “as demais escolas do concelho eram particulares”. E, quando do retorno a Lisboa (1850), acrescentava-se a esse quantitativo 15 escolas de “ensino rápido e outras mantidas pela Sociedade dos Amigos das Letras (Dias, 2000, p. 187).

A documentação pesquisada na Biblioteca de Ponta Delgada⁵ aparece nos mapas de frequência escolares dos professores que ensinavam pelo Método Castilho a adoção do modo mútuo e do simultâneo, por exemplo, na Escola da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, o professor Jacinto Inácio B. Ambão ensinava a 126 alunos pelo modo mútuo, enquanto José Alexandre Garcia de Abranys, da Freguesia de São Miguel, a 38 alunos, pelo modo simultâneo. Isso vem ao encontro da afirmação de Castilho de que o “Método Português, que, bem ou mal, se poderia sujeitar ao *modo individual*, ao *decurial*, ou ao *mútuo*” (Castilho, 1909a, p. 34), mas julgava o simultâneo o mais adequado, sendo uma “das suas mais apreciáveis excelências, porque [...] sobreleva tanto em bondade a todos os outros *modos*, como todos os outros *métodos* excede o Método analítico português” (Castilho, 1909a, p. 35), (Grifo do autor). Isto posto, reafirmou a defesa da Associação dos Professores de do Reino e das Ilhas (Associação, 1856), em julgar que ambos os modos (mútuo e simultâneo) eram adequados para o ensino das primeiras letras e que a aprendizagem dependia das habilidades dos professores e não da adoção de um ou outro modo de ensino. Para Castilho (1909a, p. 34): “O ensino de qualquer disciplina supõe, portanto, um método e um modo, pois conta com uma parte intrínseca e extrínseca (Castilho, 1909a, p. 8). [...] O Método [intrínseco] é a alma, o modo (extrínseco) é o corpo da doutrinação, a ligação

⁵ Levantamento realizado pelo Prof. Cesar Castro, no período de 20 setembro a 10 de outubro de 2022.

íntima do corpo e da alma, não é razão por que estas duas substâncias se confundem”, mas que deveriam “ser julgados separadamente” (Castilho, 1909a, p. 34)

De retorno a Lisboa empreendeu várias ações com a finalidade de divulgar o seu Método, a exemplo de cursos que ministrou em várias cidades portuguesas (Leiria, Lisboa, Porto etc.), dos artigos que publicou na imprensa, procurando demonstrar os resultados alcançados em São Miguel, as vantagens em relação a outros em uso e as maneiras pelas quais os professores deveriam aplicá-lo. Esse movimento de Castilho encontra defensores como António Costa e Luís Felipe Leite, e opositores, como alguns professores a quem rebate com veemência. Esta característica defensora dos seus ideais se fez presente em toda a sua trajetória educativa e literária, a exemplo da polêmica que se envolveu, denominada Questão Coimbra. Atitudes que recebeu de Roussado (1865, p. 6) a alcunha de “caturra intolerável”, por ser obstinado, teimoso e preso às ideias e hábitos ultrapassados.

Uma das críticas recorrentes nos discursos dos seus opositores era de que seu Método era plágio do método francês criado por Lemare. Foi uma crítica adequada, na medida em que o direito do autor foi adotado em Portugal a partir de 1851, apesar de ser aprovado pela Câmara dos Deputados desde 1841, isto é: “Em terras portuguesas, a intensificação dos debates em torno da questão autoral se deu na primeira metade do século XIX, deveras tardiamente em relação a outros países europeus, como Inglaterra e França, que já possuíam, à época, legislação sobre a matéria” (Drummond e Loura, 2018, p.75). A regulamentação dos direitos do autor resultou em embates entre o seu proponente Garrett e Alexandre Herculano.

A oposição de ideias estabelecida entre Almeida Garrett e Alexandre Herculano deixou evidente os pilares defendidos por cada um: enquanto Herculano voltou-se a aspectos eminentemente técnico-jurídicos, Garrett centrou seus argumentos na realidade prática então enfrentada pelos envolvidos no processo criativo de obras literárias e artísticas, com nítida predominância do viés econômico sobre o jurídico. Contudo, ambos convergiram, cada um ao seu modo, quando encamparam a defesa do combate ao regime de privilégios anteriormente estabelecido, de modo a enaltecer uma postura calcada no liberalismo então prevalente em terras portuguesas (Drummond; Loura, 2018, p.75).

Entretanto, Castilho, ao refutar as críticas dos seus opositores sobre a questão, afirma que:

O Método não nasceu completo e definitivo desde a 1ª edição em 1850; foi se aperfeiçoando, foi desenvolvendo no calor de uma filosofia luminosa, que na alma do poeta acendeu com a meditação nestes assuntos. Assim pois, vemos que a *leitura auricular*, a sublime *leitura auricular*, não ocorreu ao princípio; alvorece com a 2ª edição. Na 1ª, em 1850, a *base toda é a mnemonização das letras por figuras, ideia tirada do Método francês de Lemare, aperfeiçoada, ampliada, pelo reformador português. O gérmen dessa edição ideia é de Lemare, segundo Castilho tão lealmente declara em muito passos.* Na 2ª edição o Método, baseado na leitura auricular, e na análise atenta dos elementos da palavra falada, *abre as asas, conserva de Lemare apenas a ideia da mnemonização dos caracteres gráficos, e torna-se autônomo e original* (Método, 1909, p. 7.) Grifos nossos).

Outra crítica presente entre os opositores era de que Castilho carecia de formação e/ou experiência docente. É pertinente atribuir essa crítica quando a formação de professores não se constituía em prática comum para o exercício da docência, inclusive pela ausência/carência de escolas normais? Seria o exercício da docência uma questão relacionada às habilidades de ler, escrever e contar ou de formação?

Segundo Pintassilgo e Mogarro (2015, p. 208):

[...] as iniciativas para regulamentar a formação de professores em Portugal é desde o setecentos. Entretanto, somente nas primeiras décadas do século XIX que se verificaram as primeiras tentativas, ainda embrionárias, de promover a formação dos mestres[...]. Experiências efêmeras, estas, demasiado condicionadas pelo projeto de difusão do método mútuo junto dos professores já em exercício [...], a reforma de 1844 de Costa Cabral surge como uma base mais sólida para a criação, em Portugal, de um sistema de formação de professores de instrução primária, embora tenha sido muito lento o processo que possibilitou a sua entrada em funcionamento [...]. Em 1862 é, finalmente, inaugurada, com pompa e circunstância, **a Escola Normal Primária de Marvila para o sexo masculino**. [...]. Entretanto, a Escola Normal Primária para o sexo feminino foi regulamentada em 1863, só tendo começado a funcionar em 1866, numa instituição asilar, um recolhimento situado no Calvário (Grifo nosso).

A Escola Normal de Marvilla assumiu a importância para a formação de professores em Portugal e, também, para o Método Castilho, na medida em que o seu discípulo e defensor Luís Felipe Leite foi o seu primeiro diretor. Para Leite (1892), Castilho propunha uma renovação na instrução pública em Portugal por meio do seu Método, que denominou de novo e moderno, em lugar do ensino arcaico e velho. Inclusive, foi reconhecido por Leite (1892, p. 9)

como o “fundador e o evangelizador da pedagogia moderna. Inicia[ando] as palestras, os saraus e as conferências [defendendo] a instrução popular pelos jornais, pelos livros, pelos folhetos, pelas associações” para divulgar a sua proposta pedagógica.

Ressaltamos que Castilho foi convidado para o cargo de diretor na Escola Normal Primária de Marvila, mas “abdica e indica o seu braço direito para essa tarefa” (Magalhães, 2003, p. 443). Qual o motivo que fez com que Castilho abrisse mão da instituição em nome de Filipe Leite, se, à frente da instituição, poderia formar professores habilitados para adotarem e expandirem o seu Método? Mas esse convite, por outro lado, não seria o reconhecimento da capacidade educativa de Castilho⁶?

As demais críticas ao Método Castilho centravam-se nas formas de sua aplicação, portanto, na sua metodologia de ensino, como o uso das palmas, canto, marchas, e de outros movimentos corporais que “substitui à forcada e passiva imobilidade dos alunos” (Castilho, 1909a, p. 78), dentre outros, que foram objetos de artigos que circularam na imprensa portuguesa no período da sua Campanha Pedagógica.

Esses aspectos demonstram que Castilho fez uso da “função-autor” (e até abusou) adotando diferentes estratégias para fazer circular o seu Método que julgava ser o único capaz de restaurar o atraso do ensino em Portugal, onde predominava uma escola “repugnante, absurda, indefinível, estéril; uma casa de detenção temporária para os rapazes malcriados; um foco de mútua corrupção e um despejo para onde as famílias lançavam as crianças” (Castilho, 1909, p. 54) e de professores “orangotangos, vermes tiranos” (Castello-Branco, 1975, p. 360) que atuavam “por um código de padrões, contados e descontados, compráveis, vendáveis, agiotáveis por todos os modos” (Castilho, 1909a, p. 8), adotando por meio do método velho “os puxões de orelha, os pontapés e as injúrias” (Castilho 1909a, p. 38).

A “FUNÇÃO-AUTOR” DE ANTÓNIO FELICIANO DE CASTILHO

⁶ Castilho exerceu, no campo da Educação, os cargos de comissário de Instrução Pública de Ponta Delgada (1848-1849) e na Comissão-Geral da Instrução Pública do Reino e Ilhas do Método Português (1855-1857).

A obra de Castilho nos permite compreender a abrangência de temas que um pesquisador da História da Educação pode se valer para realizar investigações que tenha como referência o seu pensamento educativo. Temáticas em que o autor toma como centro a instrução primária, por ser entre “todas a mais importante, e a mais necessitada de providencias” (Castilho, 1909b, p. 16).

Castilho acreditava que pelo ensino do ler, do escrever e do contar, desde a mais tenra idade, ou na fase adulta, os indivíduos poderiam alcançar a felicidade pessoal, social e econômica, e isso se constituía um direito de “populares e plebeus” e “não [um]privilégio, [uma] regra, e não exceção” (Castilho, 1909a, p. 16). “Felicidade que se daria pela agricultura, a mais nobre das artes” (Castilho, 1909b, p. 16).), pois “dela se tira tudo”, [...] “O papel, a pena, a banca, o prelo, as balas, a tinta de impressão, o alimento que mantém os braços” (Castilho, 1909b, p. 27) e fazia desaparecer “[...] os mendigos, [e onde] todos os braços acha[vam] trabalho; todo o trabalho cria pão [...] e todo o país ri, floreja e canta” (Castilho, 1909b, p. 45)

Para tanto, Castilho defendia a igualdade de acesso à escola para ambos os sexos, na medida em que homens e mulheres tinham os mesmos direitos – “mas diferentes pela natureza do sexo” (Castilho, 1909b, p. 29) – de acesso ao ensino e, portanto, deveriam ser criadas escolas com a mesma quantidade e qualidade ofertada aos homens (crianças, jovens e adultos, do campo ou da cidade), inclusive, com igual remuneração para professores e professoras. Para Castilho, pela instrução, as mulheres poderiam se livrar do:

[...] anel de um noivado [que] é o primeiro de um grilhão muitas vezes insofrível, e que nenhuma força lhe poderão quebrar. O nome do meu senhor lhes é para logo imposto em vez de paterno; é a marca, é o ferrete do domínio, marca indelével, que sobreviverá ao possuidor, e que só o possuidor novo encobrirá, substituindo a esse nome o seu nome, é à tirania extinta uma segunda tirania [...]. Castilho, continua, afirmado que “não são a milícia, as magistraturas, os governos das províncias, que para elas vós pedimos; não são as cadeiras dos legisladores, nem as do magistério; numa palavra: não são nenhum dos cargos, que a prepotência lhes disputaria e de que a natureza as tornou isentas (não por fracas, não por inferiores em espírito, mas porque foram fadadas para mães [...]) e como “os seus esposos, como os seus pais, como os seus filhos [...]” [...] não poderiam ser recusado, a elas o “direito do sufrágio” (1909b, p. 82-83) (Grifo nosso).

Figura 1 – Temas presentes nas obras de Castilho

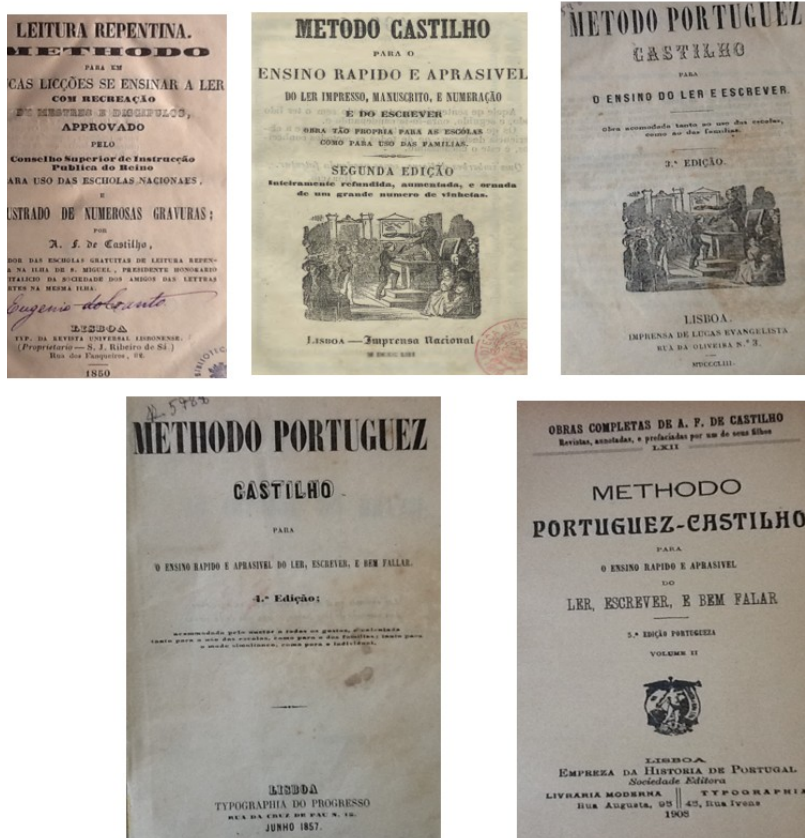


Fonte: Elaborada pelos autores.

Esses debates estão presentes em duas obras de Castilho que consideramos basilares para a compreensão de seu pensamento pedagógico, por ter orientado a escrita da sua proposta de ensino: *Felicidade pela instrução* (1851) e *Felicidade pela agricultura* (1849). Proposta de ensino que nas cinco edições denominou o seu Método com três títulos e subtítulos diferentes, exceto a quinta, que permaneceu igual a anterior:

A 1ª denominou **Leitura repentina**, a 2ª é já **Método Castilho**. Na 3ª, para firmar bem no espírito do público a nacionalidade do invento, denomina-se **Método Português- Castilho**. A doutrina é a mesma; a disposição tipográfica é mais condensada, mais abreviada, mais sintética, que na 2ª, que tinha sido quase luxuosa, entremeada de vinhetas e amenizada de pequenos jogos didáticos para as horas de recreação pueril. Na 4ª, [e 5ª] enfim, procede-se o humilde livrinho com o *Discurso preliminar*, onde o autor, cansado de ouvir criticar acessórios, faz ao gosto geral todas as concessões possíveis das demasias, dos ornatos, das amenizações, das peculiaridades dispensáveis, decota o folheto e as flores, e deixa o tronco. (Método, 1909a, p. 7-8, grifo dos editores).

Figuras 2 , 3, 4, 5– Capas das edições do Método Castilho



Fonte: Acervo NEDHEL

Para além do título atribuído as suas obras, é importante consideramos os subtítulos e os elementos prefaciais, por reforçarem e indicarem o seu conteúdo e/ou as alterações pensadas pelo autor, de modo a estabelecer uma relação mais próxima com os leitores, facilitando a sua circulação e uso. Nas obras de Castilho, em especial nas cinco edições do seu Método, as advertências alertavam o leitor sobre o conteúdo do texto; nas dedicatórias, homenageia “[...] a um protetor ou um benfeitor” (Genette, 2009, p. 109), no sentido de agradecer ao apoio na adoção e divulgação do seu Método, como D. Maria Miguelina Pereira Pinto (1ª ed. do Método) ou para angariar apoio

para tal fim, como Pedro II, imperador do Brasil (4^a ed. do método), dentre outros elementos que objetivavam estabelecer aproximação entre a “função-autor” e a “função-leitor”.

Os subtítulos se fazem mais frequentes nas edições do seu Método. Na primeira, que tem como título *Leitura repentina* e subtítulo *Método para em poucas lições se ensinar a ler com recreação de mestres e discípulos [...] para uso das escolas nacionais e ilustrado de numerosas gravuras*, procura destacar que a leitura se daria em poucas lições, de forma lúdica, em que alunos e professores poderiam se valer de gravuras como complemento às lições em que “explica[va] com maior clareza e minuciosidade o modo como [os professores] deve[riam] dar” (Castilho, 1909a, p. 21) as aulas.

Na segunda edição, personaliza o seu Método ao denominá-lo *Método Castilho*. Ao relacionar a sua proposta de ensino ao seu nome, a sua intencionalidade era fazer com que, por ser um autor reconhecido no campo literário, a sua obra pudesse ser aceita e recomendada para uso nas escolas portuguesas. O subtítulo *Para o ensino rápido e aprazível do ler impresso, manuscrito e numeração e do escrever* relaciona três elementos adotados no processo de alfabetização, o ler, o escrever e o contar, tanto nos textos impressos como nos manuscritos. Se na primeira edição destinou a sua obra para as escolas nacionais, nesta edição designou para o uso das famílias.

Na terceira edição, Castilho procurou nacionalizá-lo, chamando-o *Método Português Castilho*, isto é, atribuiu um caráter nacional, de modo que “nenhum forasteiro há de arrancar-lhe” (Castilho, 1909a, p. 69), acrescentando o subtítulo *Para ler e escrever*, retirando o contar. Nas edições seguintes, (4^a e 5^a), ele manteve o mesmo título e acrescenta *Para o ensino rápido e aprazível do ler escrever e falar bem*, isto é, retomou a indicação de ser rápido para as atividades da leitura e escrita, e atribuiu o bem falar, de modo que o aprendiz pudesse a partir dessas atividades pronunciar corretamente o português, sendo a ortografia e a caligrafia as duas “coisas necessárias” (Castilho, 1909, p. 105) no processo de aprendizagem.

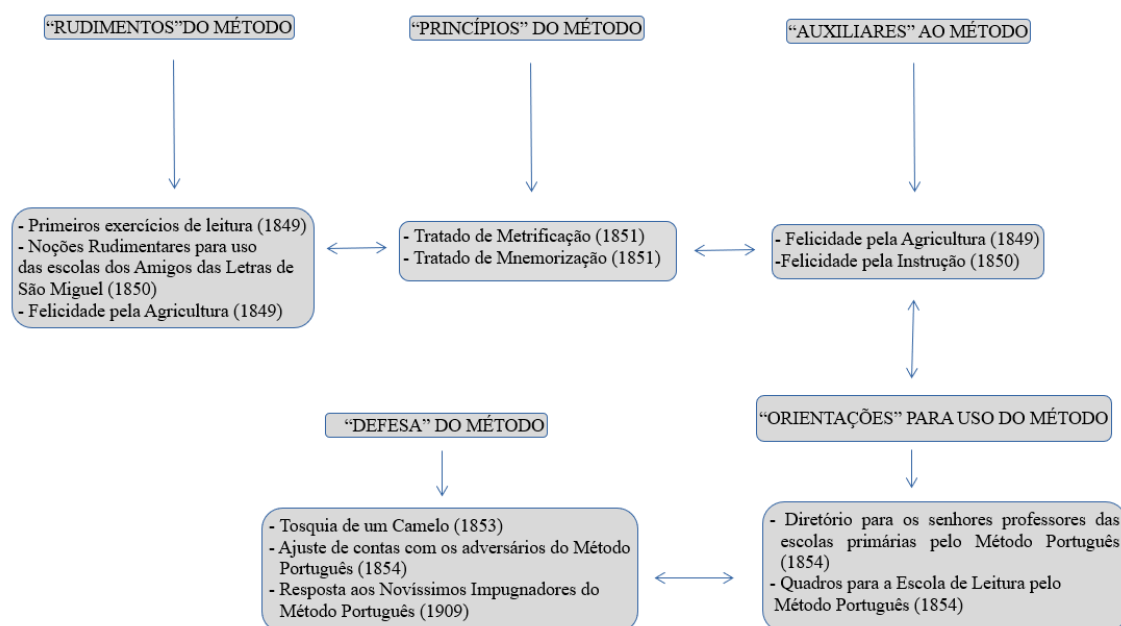
Por fim, explica Castilho (1909a, p. 5) que essas edições ocorreram pelo

consumo, que em tão pouco tempo anos, de uma edição de mil exemplares [1 ed.], de outra de dois mil [2^a e 3^a ed.] de outra de quatro mil; a fundação e conservação de tantas escolas em S. Miguel, em Portugal e no Brasil; a notoriedade da excelência e abundância dos seus frutos; os depósitos

favoráveis e contestes dos Professores que as regem; o louvor liberalizado no Parlamento e na Imprensa por tantos entendimentos dos mais distintos, trazem já hoje confirmada a primazia do Método português; primazia aliás intuitiva, e que as longas e minuciosas disputações tornaram ainda mais evidente.

Para compreendermos as obras educativas de Castilho, as classificamos em cinco categorias: a) rudimentos do Método; b) auxiliares do Método; c) princípios do Método; d) defesa do Método; e d) orientações para uso do Método.

Figura 6 – Categorização das obras de Castilho



Fonte: Elaborada pelos autores.

A obra inicial da incursão de Castilho pelo campo educativo foi *Primeiros elementos de leitura para as escolas da Sociedade dos Amigos das Letras e Artes em São Miguel* (1849), publicada pela mesma Sociedade em 1849. Esta dedução é pela ausência de referência, em suas 53 páginas ao Método⁷ e, ainda, por considerar que a sua primeira edição – *Leitura repentina* – ocorreu em 1850. No conteúdo desse “livrinho”, os aspectos religiosos, a música, os cânticos para as atividades do trabalho e das escolas, e outros princípios que se encontram em todas as edições do Método, se fazem presente. A respeito desta obra, Castilho afirmou que: “A Sociedade dos

⁷ Referência ao Método surgiu na segunda edição, em notas de rodapé (1853).

Amigos das Letras e Artes deliberou fazer imprimir este livrinho para ser distribuído gratuitamente para todos os alunos das aulas gratuitas de São Miguel” (Castilho, 1849, p. 53), com a finalidade de que eles pudessem aprender a ler, posto que:

Sabendo vós ler, escrever e contar, tendes uma riqueza, que nem os ladrões vós podem tomar, nem o tempo enfraquecer, nem os incêndios, inundações ou terremotos destruir: podeis fazer-vos grandes homens; pois há muitos negociantes, generais, governadores, bispos, e até príncipes, que no princípio foram rapazinhos descalços e desprezados, e que só ao estudo, às diligências, e ao bom comportamento, é que deveram o subir tanto (1849, p. 11).

Na obra *Noções rudimentares das letras e Artes em de São Miguel*, publicada em 1850, pela tipografia da Rua das Artes, de propriedade de Castilho, o título evidencia o seu envolvimento com a Sociedade das Letras e Artes de São Miguel, instituição por ele criada e que exerceu protagonismo na adoção e expansão do seu Método de Leitura. Este livro foi reeditado em 1850, pela tipografia da *Revista Universal Lisboense*, periódico no qual atuou como redator e diretor, e que teve como colaboradores Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Bulhão Pato, dentre outros intelectuais portugueses dos Oitocentos.

Ao folhearmos a *Revista Universal* podemos compreender as incursões de Castilho pelo campo da agricultura, na medida em que há em suas páginas um conjunto importante de textos tratando do assunto. Relação que se ampliou quando do seu envolvimento com a Sociedade Promotora da Agricultura de São Miguel, ao assumir a redação do jornal *O Agricultor Micaelense*, cujos artigos foram publicados, *a posteriori*, no livro *Felicidade pela agricultura* (1849). Quanto à obra *Rudimentos*, o autor afirma que:

A presente obrinha não tem espécie alguma de ambição, nem científica, nem literária. É um exercício de leitura, nada mais; para isso se revezam todos os géneros de tipos. Algum dia porei em limpo, e sacarei a lume, um livro mais cabal para as nossas escolas. Agora, a estreiteza do tempo me veda; nem toda a economia tipográfica lhe consentira. Podendo só dispor de poucas páginas, procurei apertar algumas ideias gerais, das muitas que é vergonha e desgraça não possuir. Desejei ser claro, que me compreendessem os meninos, os mecânicos, os plebeus, que as nossas escolas acodem (1850, p. 3).

A obra *Felicidade pela agricultura*, publicada em 1849, pela tipografia da Rua das Artes, em Ponta Delgada, teve a finalidade de debater, divulgar e

estimular a inclusão dos produtos a serem cultivados nos Açores, se valendo, dos impressos, de palestras e de exposições agrícolas e pecuárias.

Refletiu Castilho, nesse texto sobre a necessidade de os camponeses, por meio da instrução, melhorarem as culturas agrícolas e, principalmente, se inserirem no mundo como cidadãos. Para tanto, conclamou o governo, a imprensa e a sociedade para o alcance deste objetivo. Portanto, mediante o seu envolvimento com as questões agrícolas que emergem, o seu interesse para a instrução, posto que ao evidenciar que para reverter o atraso da agricultura se fazia necessário, primeiro, instruir os trabalhadores rurais, que:

Entre as lágrimas, que em São Miguel fui descobrir [...] as que mais me doeram foram: a grande mingua da instrução do Povo, aliás aptíssimo para toda a espécie de boa doutrina; a carência de estímulos, que de alguma sorte se neutralizassem a preguiça natural; e a pouquíssima, e quase nenhuma, convivência dos moradores [...] A todos estes males me pareceu que poderia acudir uma Sociedade [se reporta à Sociedade dos Amigos das Letras e Artes de São Miguel] se jamais se chegasse a organizar, que sinceramente pudesse peito a criar escolas com bons métodos; a acender emulações entre artistas e artífices; e a pôr no possível contato as diferentes classes (1909b, p. 120).

Se a obra *Felicidade pela agricultura* trata de uma questão particular, a agricultura, e de como a instrução seria um meio pelo qual a sociedade rural poderia adentrar no universo da leitura e da escrita, como estratégia de acesso ao livro de onde “saíam raios, luminosos [...] e que multiplica as forças, as horas, os frutos, as moedas, os ócios inocentes, e os prazeres” (Castilho, 1909b, p. 36), *Felicidade pela instrução*, publicada em 1854, pela tipografia da Academia de Ciências de Lisboa, apresentou as suas concepções, conceitos e as possibilidades educativas do seu Método, centrando a sua exposição nos aspectos: mestres e escolas; métodos e modos e discípulos, a partir dos quais, debateu sobre as vantagens do método português, livros, prêmios e edifícios escolares, formação de professores, dentre outros temas que povoavam as suas utopias pedagógicas, isto é, estes livros são “a soma dos seus devaneios” (Castilho, 1909a, p. 5), como expressa a citação a seguir:

Não é portanto, o Método português desta ou daquela administração, deste ou daquele reinado, destes ou daqueles campeões, para este ou para aquele bando político; é de todos os Portugueses, e para todos os Portugueses; é para todos os tempos; *há de sobreviver* a muitos ministérios, a muito apóstolos, confessores, e mártires seus, e *de todos os seus ingratos perseguidores. Já o nome destes hão de jazer esquecidos*, e ainda ele há de reinar benquisto e pacífico em

todas as cidades, aldeias e casas; e por ele cada mãe há de ser, conforme Deus e a natureza o querem, a instituidora, a Mestra, ela própria, de sua prole e família, não só no ler e escrever. Mas mil coisas de que se compõe a ventura doméstica, e pela soma das venturas domésticas, a ventura pública e geral (Castilho, 1909a, p.128) (Grifos nossos).

As ideias de Castilho, presentes nessas obras e, por conseguinte, nas diversas edições do Método, foram ampliadas em *Diretório para os senhores professores das escolas pelo Método Português*, publicado em 1854, com a finalidade de apresentar aos docentes os princípios a serem adotadas na sua aplicação. A respeito da sua publicação, em correspondência ao seu amigo e defensor do Método António da Costa, disse que:

Meu excelente amigo, fostes vós, que percebestes antes de outra alguma pessoa, e, primeiro que eu mesmo, ponderastes a conveniência, que haveria em se traçar um roteiro, a quem houvesse de professor pelo MÉTODO PORTUGUÊS. Obedeci ao vosso desejo, e à razão. De que segundo o vosso costume, éreis interprete. Recebei, pois como obra vossa, este Diretório. A revolução do ensino primário já vos devia serviços de primeira ordem; tendes-lhes sido um extenuo campeão, um dos protetores mais eficazes. Saibam os mestres, e todo o público da nossa terra, que a vós também, inteligência tão feita para as ciências, e para a filosofia, como para a literatura; a vós é que se deve este necessário complemento do nosso Método (Castilho, 1854, p. 4) (Grifo do autor).

Nesse “roteiro” do seu Método, Castilho apresentou de forma didática as maneiras pelas quais os professores poderiam ensinar e organizar os espaços escolares e os diferentes objetos necessários para a sua aplicação como o papel, o vidro, as lousas, os livros e outros, para que os alunos aprendessem em tempo rápido a leitura, a escrita e a numeração. Para tanto, mostrou todas as “alfaias⁸” a serem adquiridas pelos mestres, e o modo pelo qual distribuiriam os discentes pela sala de aula: na frente, os mais atrasados; no meio, os menos adiantados; e no fundo, aqueles que apresentavam mais aproveitamento, e que atuariam como decuriões. Descreveu, ainda, as atividades a serem desenvolvidas para a aplicação da leitura auricular e a leitura auricular alternada, as formas de versificação, e o uso das palmas, das marchas e do canto, a escrita das letras redondas e manuscritas, o ensino da numeração e, ao término, o ensino da doutrina cristã e as disciplinas auxiliares ao método como a dança, a música, a ginástica, dentre outras.

⁸ No que diz respeito às alfaias adotadas no Método Castilho, ver: Castro, Cesar; Boto, Carlota; Magalhães, Justino. O espaço escolar e as “alfaias” para o ensino inicial da leitura pelo Método Português 1, de António Feliciano de Castilho. *Revista Brasileira de Alfabetização*, n. 22, p. 1-22, 2022.

Como auxiliar ao roteiro, elaborou um conjunto de figuras que representam cada letra do alfabeto (letras maiúsculas e minúsculas) e a numeração (romana e arábica), que denominou de “*Quadros para as escolas de leitura pelo Método Português* (1854)”. Estes quadros deveriam ficar dispostos na sala de aula ao lado da mesa do professor e visível a todos os alunos, que também, dependendo dos meios financeiros, poderiam adquiri-los. Essas figuras, foram um dos elementos tomados pelos opositores do Método para acusar a sua proposta educativa de plágio do Método Lemare, e Castilho rebateu a acusação afirmando “que as figuras do meu alfabeto são muito menos forçadas que as do seu [Lemare]” (Castilho, 1909a, p. 19).

Outro conjunto de textos, publicados por Castilho, corresponde à defesa do seu Método: *Tosquia de um camelo: carta a todos os mestres das aldeias e das cidades* (1853), *Ajustes de contas com as adversários do Método Português* (1854), *Carta de um professor de aldeia, em resposta a outra recebida de Lisboa sobre a leitura repentina* (1853) e *Resposta aos novíssimos impugnadores do Método Português* (1853). O primeiro procurou rebater as críticas emitidas na *Carta de um professor de aldeia* (1853). Portanto, nesse texto, Castilho se dirigiu a um indivíduo. Entretanto, as demais foram destinadas aos professores e aos membros da Comissão da Associação dos Professores do Reino e Ilhas.

O livro *Ajuste de conta com os adversários do Método Português*, publicado em Coimbra (1854), foi dirigido a um público maior, professores e imprensa, que se contrapunha à “Carta de alforria da puerícia” (Castilho, 1854, p. 23). Este livro foi o resultado da Assembleia realizada em 1º de novembro de 1854, na sala da Filarmónica de Coimbra, “a cidade capital científica do Reino” (Castilho, 1854, p. 23), com a presença de estudantes da universidade, professores régios e outros cidadãos.

Por sua vez, a obra em três volumes *Resposta aos novíssimos impugnadores do Método Português* destinou-se, exclusivamente, à Comissão nomeada pela Associação dos Professores do Reino e Ilhas, com a finalidade de apresentar pareceres sobre o Método, denominado pelo seu autor de novo,

moderno, em comparação ao antigo, concebido como velho e pouco atrativo. Portanto, estes três volumes permitem verificarmos as estratégias, os argumentos e os pontos que os opositores consideraram para criticar o Método Português e as maneiras pelas quais Castilho os rebate.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto objetivou apresentar aos leitores um “apanhado” das obras e da “função-autor” de António Feliciano de Castilho, de modo que possamos compreender a sua proposta de ensino que foi adotada e circulou em Portugal e no Brasil nos Oitocentos.

No conjunto desses textos é latente a “função-autor” de Castilho e as estratégias que ele utilizou para fazer circular as suas ideias sobre a instrução pública durante a sua Campanha Pedagógica, em que empregou vários meios para que o seu Método fosse considerado superior aos adotados em Portugal, que não ofereciam aos alunos e professores um ensino e uma aprendizagem rápida e aprazível.

Essas obras, mapeamos em cinco categorias, cuja análise nos permite afirmar que durante todo o processo em que esteve envolvido em divulgar o seu Método, Castilho procurou atender as críticas oriundas de várias frentes: a imprensa, os professores e o governo. Contudo, isso não contribuiu para que o seu Método fosse considerado o mais adequado para ser adotado em todo o território português, como almejava.

Os livros denominados *Rudimentos* se constituem naqueles que marcaram o início das investidas de Castilho pelo campo da instrução, e que foram publicados quando esteve à frente dos movimentos associativos e pedagógicos na ilha de São Miguel, depois ampliados com outros textos que balizaram a compreensão da sua proposta pedagógica, a exemplo das cinco edições do seu Método.

As obras “auxiliares do Método” são leituras que ajudam a percebermos a memorização e a metrificação; dois aspectos que Castilho fazia uso para

explicar o ensino da leitura, da numeração e da escrita e, principalmente, as maneiras pelas quais se operacionalizava a composição e a decomposição das palavras.

Os “princípios do Método” são aqueles que permitem entendermos a defesa da instrução para as classes sociais alijadas do ler, do escrever e do contar, em especial os trabalhadores rurais, sendo um dos motivos do atraso de Portugal diante de outras nações europeias. E, ainda, os diversos conceitos, objetos escolares e a necessidade do envolvimento de várias instâncias sociais, políticas, religiosas e culturais em reverter o modelo de ensino “atrasado” historicamente presente no país.

Os textos “orientadores do Método” tinham a finalidade de servir de “guia” para o uso do Método e para as maneiras pelas quais os professores organizariam os espaços escolares, a distribuição dos alunos nas salas de aula e a aplicação dos objetos auxiliares da aprendizagem como o compassador mecânico, o Mississippi⁹ e os quadros do alfabeto, dentre outros.

Já “a defesa da sua proposta” de ensino tinha o objetivo de rebater as críticas dos chamados “inimigos do Método”, procurando relacionar, de maneira incisiva, suas vantagens e as suas possibilidades de reverter o quadro do analfabetismo, cujas causas seriam: as escolas pouco atrativas, os castigos físicos em vez de harmonia e o respeito, os professores não habilitados para a docência e, principalmente, a falta de modos e métodos capazes de oferecer um ensino rápido e agradável.

Por fim, as obras de Castilho proporcionam adentrarmos na História da Educação em Portugal e no Brasil, nos Oitocentos, entendermos as disputadas presentes à época para a renovação do ensino nesses países, as maneiras pelas quais este autor faz uso de vários meios (textos, palestras, cursos etc.) para impor e divulgar as suas ideias e os seus ideais sobre a instrução pública e, ainda, a diversidade de temáticas que o seu pensamento pedagógico nos oferece como possibilidades de pesquisa.

⁹ Este aparelho foi criado por Smith, cenógrafo americano que o apresentou em 1851 no Teatro de São Sebastião em Lisboa; consistia em um aparelho em forma de cilindro colocado no fundo do palco que ao se desenrolar, dava a ilusão de uma viagem ao longo do rio americano.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO REINO E DAS ILHAS. **Instrução Pública – respostas ao Sr. António Feliciano de Castilho**. Lisboa: Tipografia de Sila, 1856.

CARDIM. A. V. António Feliciano de Castilho. Lisboa, Liga Nacional da Instrução – Arquivos dos seus trabalhos. Série II, n. 1-2, jan.-jun. 1916.

CARTA a um professor de aldeia sobre a leitura repentina. Lisboa: Tipografia de A. J. P. Lopes, 1853. 38 p.

CASTELO-BRANCO, Fernando. **Correspondência pedagógica**. Lisboa: Instituto Gulbenkian, 1975.

CASTILHO, António Feliciano de. **Primeiros exercícios de leitura para as escolas da Sociedade dos Amigos das Letras e Artes de São Miguel**. Ponta Delgada: Slam, 1849.

CASTILHO, António Feliciano de. **Leitura repentina para em poucas lições se ensinar a ler com recreação de mestres e discípulos**. Tipografia da Revista Universal Lisboense. 1850.

CASTILHO, António Feliciano de. **Método Castilho para o ensino rápido e aprazível do ler impresso, manuscrito, e numeração e do escrever** Lisboa: Imprensa Nacional. 1853.

CASTILHO, António Feliciano de. **Método Português Castilho para o ensino de ler e escreve**. 3. ed. Imprensa de Lucas Evangelista. 1853.

CASTILHO, António Feliciano de. **Felicidade pela instrução**. Tipografia da Academia Real de Ciências de Lisboa. 1854.

CASTILHO, António Feliciano de. **Felicidade pela instrução**. 3. ed. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1909a.

CASTILHO, António Feliciano de. **Felicidade pela agricultura**. 4. ed. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1909b.

CASTILHO, António Feliciano de. **Método Português Castilho para o ensino rápido e aprazível do ler impresso, escrever e bem falar**. 4. ed. Tipografia do Progresso. 1857.

CASTILHO, António Feliciano de. **Felicidade pela agricultura**. Ponta Delgada: Tipografia da Rua das Artes, 1849.

CASTILHO, António Feliciano de. **Ajustes de contas com os adversários do Método Português**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1854.

CASTILHO, António Feliciano de. **Tosquia de um camelo**: carta a todos os mestres das aldeias e das cidades. Lisboa: Tipografia Lisboense, 1853.

CASTILHO, António Feliciano de. **Quadros históricos e iluminados pelo Método Português- Castilho (44 estampas)**. Lisboa: Imprensa Lucas Evangelista. 1851.

CASTILHO, António Feliciano de. **Carta de um professor de aldeia em resposta a obra recebida de Lisboa sobre a leitura repentina**. Lourinha: Tipografia Rua da Condessa. 1853, 8 p.

CASTILHO, António Feliciano de. **Tratado de metrficação para em pouco tempo e até sem mestre se aprenderem a fazer versos em todas as medidas e composições**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851. 160 p.

CASTILHO, António Feliciano de. **Tratado de mnemônica ou método fácilimo para decorar em pouco tempo**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851.

CASTILHO, António Feliciano de. **Noções rudimentares para uso das escolas da Sociedade dos Amigos das Letras e Artes de São Miguel**. Ponta Delgada: Tipografia da Rua das Artes, 1850.

CASTILHO, António Feliciano de. **Diretório para os senhores professores das escolas primárias pelo Método Português**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1854.

CHARTIER, Roger. **O que é um autor**: revisão de uma genealogia. São Carlos: Edufscar, 1997.

DARTON, Robert. O que é a história dos livros? In: **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012, p. 122-149.

DIAS, José Maria Teixeira. **Castilho – leitura repentina método original?** Arquipélago – história, 2ª série, iv – n. 2 , 2000.

DRUMMOND, Victor Gameiro; LOURA, Renato Cezar de Almeida. O marco jurídico do direito de autor em Portugal: a doutrina da propriedade literária sob a ótica de Almeida Garrett e Alexandre Herculano. **RDFG – Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, v. 5, n. 1, p. 74-93. 2018.

FERREIRA, Ernesto. **Os três patriarcas do romantismo nos Açores**. Ponta Delgada, 1947.

FOUCAULT, Michel. O que é o autor?. In: **Ditos e escritos**: estética - literatura e pintura, música e cinema (v. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 1-44.

GENETTE, G. **Paratextos editoriais**. Tradução: Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

HANSEN, João Adolfo. **O que é um livro?**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2019.

LEITE, Luís Felipe. **Do ensino normal em Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892.

MAGALHÃES, Justino Pereira de; CASTILHO, António Feliciano de. In: NOVÓIA, António. **Dicionário de Educadores Portugueses**. Lisboa: Edições Asa, 2003.

Método português Castilho para o ensino rápido e aprazível do ler, escrever e bem falar. In: **Obras completas de Antônio Feliciano de Castilho** (5. ed., rev. anotada e prefaciada por um dos seus filhos). Empresa da História de Portugal, 1909.

MORAES, Kleiton de Sousa; CHARTIER, Roger. O que é um autor? Revisão de uma genealogia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, n. 65, p. 447-451, 2013.

PINTASSILGO, Joaquim; MOGARRO, Maria João. Das Escolas Normais às Escolas do Magistério Primário: percurso histórico das escolas de formação de professores do ensino primário., **História y Memoria de la Educación**, n. 1, p. 203-238, 2015.

ROUSSADO, Manuel. **Bom senso e bom gosto: resposta à carta que o Sr. Antero de Quental dirigiu ao Exmo. Sr. António Feliciano de Castilho**. Lisboa: Imprensa da J.G. de Sousa Neves, 1865.

SOUZA, B. K. (2011). Que importa quem fala? O desaparecimento do autor segundo Michel Foucault. **Intuitio**, 4(2), 123-132. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/9676>.